

N. 18 SET/OUT 2019

Retratos

A REVISTA DO IBGE

o que os domicílios contam

LINHA DO TEMPO: A HISTÓRIA DOS CENSOS NO BRASIL

MUDANÇAS CLIMÁTICAS SÃO TEMA DO ODS 13

DOCUMENTÁRIO DO CENSO 2000: O IBGE DE ZELITO VIANA E MARCOS PALMEIRA





26 O IBGE de Zelito Viana e Marcos Palmeira

27 #ibge

lém de chão, paredes e telhado, os domicílios brasileiros são feitos de história. É o que conta a reportagem de capa da edição 18 da **Retratos**. A casa da carioca Daniele Miranda é a personagem dessa matéria, que mostra como as características dos domicílios também ajudam a compreender melhor a realidade de milhões de famílias, de diferentes cantos do Brasil.

Outra história dessa edição é a dos censos brasileiros. O Instituto está na fase de planejamento do Censo 2020, um bom momento para relembrar como foram as operações anteriores. Uma linha do tempo destaca acontecimentos e imagens que marcaram todos os recenseamentos feitos no país, desde o Censo Geral do Império, de 1872; passando pelo de 1940, o de estreia do IBGE; até o Censo 2010, o primeiro totalmente digital.

O Censo também é o tema da coluna *O IBGE de*, que traz uma entrevista com o cineasta Zelito Viana e o ator Marcos Palmeira. Pai e filho relembram como foi a experiência de dirigir e apresentar o documentário *O país é este*, que tem como tema os dados do Censo 2000.

A **Retratos** fala também de futuro. O Brasil ainda é um país com muitos jovens, mas as quedas nas taxas de fecundidade estão, aos poucos, mudando essa realidade. O país está se preparando para essa transformação? Como anda a qualificação das novas gerações? A reportagem *Fora da escola e longe do mercado de trabalho* mostra que é grande o número de jovens sem estudo e sem emprego.

E na série dos Objetivos dos Desenvolvimentos Sustentáveis, o ODS 13 trata sobre as medidas urgentes para minimizar os impactos das mudanças climáticas. A entrevista é com Denise Kronemberger, coordenadora geral dos ODS no IBGE e responsável pela articulação do ODS 13 no Brasil.

Essa edição traz ainda uma reportagem sobre o *Mapa das Indicações Geográficas*. A banana de Corupá, os derivados da jabuticaba de Sabará e o cacau de Tomé-Açu são alguns dos produtos que passaram a integrar o mapa de 2019, feito pelo IBGE.

Boa leitura!

Equipe da redação

Retratos a Revista do IBGE é uma publicação bimestral do Instituto para distribuição interna e externa. A publicação não é comercializada. Todos os direitos são reservados. Caso queira reproduzir as matérias e as imagens desta edição, entre em contato através do nosso e-mail. A publicação das informações individuais na **Retratos** foi autorizada pelos entrevistados. Críticas e sugestões: revistaretratos@ibge.gov.br



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Avenida Franklin Roosevelt, 166 sala 900 A - Centro - Rio de Janeiro - RJ 20021-120

EXPEDIENTE

Presidente

Susana Cordeiro Guerra

Diretor-Executivo

Fernando José de Araújo Abrantes

Diretoria de Pesquisas

Eduardo Rios-Neto

Diretoria de Geociências

João Bosco de Azevedo

Diretoria de Informática

David Wu Tai

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Marise Maria Ferreira

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Coordenação de Comunicação Social

Alex Campos

Editora

Mônica Marli

Editora assistente

Marília Loschi

Editora de arte

Simone Mello

Editora de fotografia

Licia Rubinstein

Projeto gráfico

Simone Mello

Reportagem

Eduardo Peret, Luiz Bello, Marília Loschi, e Mônica Marli

Editoração eletrônica

Simone Mello

Foto da capa

Licia Rubinstein

Fotografia

Amanda Martins (estagiária), Arquivo SEBRAE/PI, Asprodejas, Leonardo Vieira, Licia Rubinstein, Ronaldo Souza e Simone Mello

Ilustração

Simone Mello

Tratamento de imagens

Licia Rubinstein

Logística de distribuição

Helena Pontes

Colaboradores

Adelina Bracco, Irene Gomes, Gabriel Braga (estagiário), Karina Meirelles (estagiária) e Maira Brito (estagiária)

Revisão de textos

Marília Loschi

Impressão

Plenaprint Gráfica e Editora Eireli

Tiragem

30.000 exemplares

ISSN

2595-0800



mudança climática: resiliência e ação



texto
Luiz Bello
arte e design
Simone Mello

“Medidas Urgentes”. A expressão integra o ODS 13 e demonstra a preocupação da comunidade científica internacional com as transformações climáticas. Suas causas, debatidas há décadas, estão ligadas ao aumento dos níveis de dióxido de carbono na atmosfera, após séculos de atividade industrial e crescimento acelerado das cidades. Suas consequências podem mudar tragicamente a vida da população mundial. Esse foi o tema da entrevista com Denise Kronemberger, coordenadora geral dos ODS no IBGE e responsável pela articulação do ODS 13 no Brasil.

Revista Retratos “Medidas urgentes” é uma expressão incomum em relatórios dos organismos de cooperação internacional. Por que é usada no ODS 13?

Denise Kronemberger O ODS 13 foca exatamente em adaptação e mitigação. Não tem mais jeito, a mudança climática está aí e o mundo tem que se preparar para aumentar a resiliência perante esses eventos extremos – como furacões mais

frequentes e aumento de áreas com desertificação – que vão encontrar populações vulneráveis. Por isso o objetivo fala em “tomar medidas urgentes”.

Retratos Qual a importância do Censo para esse ODS?

Denise Para falar da nossa capacidade de adaptação a esses eventos extremos, precisamos das informações detalhadas do Censo. Com isso, a coordenação de Geografia pode

georreferenciar as informações dos setores censitários e elaborar polígonos de áreas de risco. A escala mais local é o nível em que todos os países estão discutindo o ODS 13. Além disso, há as informações da Defesa Civil, sistematizadas pelo Ministério da Integração, que tem uma base de dados sobre o número de afetados e de mortos. E ainda há a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic).

OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 13: TOMAR MEDIDAS URGENTES PARA COMBATER A MUDANÇA DO CLIMA E SEUS IMPACTOS

Retratos Foram definidos, até agora, três indicadores para o ODS 13. O primeiro vai mensurar o número de mortos, de desaparecidos e de afetados pelos desastres decorrentes das mudanças climáticas. Quais são as fontes para esse indicador no Brasil?

Denise As Defesas Civas dos estados e municípios. Quem consolida é o Ministério da Integração. É um desafio que o IBGE enfrenta. Não temos todas as informações, tem que ser um trabalho colaborativo. Daí a relação com o ODS 17, que fala em parcerias e meios de implementação.

Retratos O segundo indicador fala sobre o número de países que adotam e implementam estratégias nacionais de redução de risco de desastres. Quais seus principais aspectos?

Denise Ele faz muito sentido para a ONU Desastres. Quais são os países que ainda não têm estratégia nacional, em linha com as últimas recomendações internacionais (Quadro de Sendai)? Esse é um primeiro aspecto. Mais tarde, será preciso avaliar a eficiência dessas estratégias, incluindo um sistema de monitoramento e alerta, como o que já é feito no Brasil pelo Centro Nacional

de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden). O foco é sempre a redução do risco, e não é somente o de deslizamentos, mas também de aumentarem as doenças tropicais e de afetar a agricultura, por exemplo.

Retratos O terceiro indicador é sobre as prefeituras que implementam estratégias locais de redução de risco, em linha com as estratégias nacionais. A principal fonte é a Munic?

Denise Sim. E aí vemos, mais uma vez, a importância do IBGE na produção de informações para o ODS 13. Esse indicador foi construído com 25 variáveis, que mostram a estrutura do município para lidar com os desastres como a existência de mapeamentos de áreas de risco e de programas habitacionais para realocar a população de baixa renda. Para aumentar a resiliência e a população ser capaz de, após sofrer uma inundação, por exemplo, conseguir adaptar-se e voltar ao equilíbrio inicial. A partir dessas informações, é possível avaliar onde investir os recursos públicos, que são cada vez mais escassos.

Retratos Além desses, há outro indicador que poderia ser incluído no ODS 13?

Denise As emissões de gases

do efeito estufa. Grande parte dos países já tem informações disponíveis, pois se reportam à Convenção do Clima. No Brasil, o Ministério da Ciência e Tecnologia tem essa informação anual, além do Inventário Nacional de Gases do Efeito Estufa. Mas enquanto esse indicador não for considerado global, não iremos trabalhar com ele.

Revista Retratos As definições metodológicas de cinco indicadores do ODS 13 não foram concluídas. Como isso está sendo encaminhado?

Denise Esse ano, a Conferência da Mudança do Clima certamente vai propor alguns substitutos. É um processo demorado, que envolve especialistas e os vários institutos nacionais de estatísticas. O indicador de agricultura sustentável, por exemplo, continua sendo discutido junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). O ODS 13 é formado por oito subindicadores. Alguns países nem têm todas essas informações. É um desafio. Estamos lidando com temas que nunca foram trabalhados. As informações ambientais são recentes, não têm a mesma tradição das informações sociais e das econômicas. E isso não somente no Brasil. ■



Lígia Rubinstein

Denise Kronemberger é geógrafa com doutorado em Geociências (Geoquímica Ambiental) e coordenadora dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no IBGE.

décadas de censo

10.112.061 habitantes

1880

14.333.915 hab.

1872 Realizado pela Diretoria Geral de Estatística – órgão criado em 1871 – o Censo Geral do Império foi o primeiro da História do Brasil. Além de contar a população, também investigou cor, sexo, estado de livres ou escravos, estado civil, nacionalidade, ocupação e religião.

1890 Os trabalhos de apuração do I Censo da República foram marcados pela lentidão. Cinco anos depois da coleta de dados, nenhum estado do país havia concluído as apurações. Só em 1900, às vésperas da próxima operação, é que foram publicados os últimos resultados.



41.238.315 hab.

51.941.767 hab.

70.070.457 hab.

93.139.037 hab.

119.002.706 hab.

1940 O Recenseamento Geral de 1940 foi o primeiro feito pelo IBGE. Houve intensa campanha para incentivar a população a responder o Censo. Devido à Segunda Guerra Mundial, o maquinário encomendado não chegou e os dados foram processados nas mesmas máquinas usadas em 1920. Foram sete anos entre coleta e divulgação dos resultados.

1950 Visando ao desenvolvimento e à comparabilidade das estatísticas oficiais, o Recenseamento Geral de 1950 integrou o Censo das Américas, em atendimento à ONU. Nos estados e municípios foram criadas comissões censitárias para auxiliar na divulgação da operação. O número de quesitos do questionário baixou de 45 (1940) para 25.

1960 O Recenseamento Geral de 1960 foi o primeiro censo brasileiro a usar a técnica de amostragem, que investigou, através de nove quesitos, as características das pessoas e dos domicílios. Para a apuração dos dados, o IBGE importou um computador de grande porte, o Univac 1105, que foi chamado de “cérebro eletrônico”.

1970 Os questionários do Recenseamento Geral de 1970 foram definidos e impressos em 1968. O personagem Julinho, o recenseador, foi criado para a campanha de divulgação, que também contou com personalidades como Pelé. Os primeiros dados saíram em 1971. No meio da década todo o Censo já estava divulgado.

1980 O Recenseamento Geral de 1980 teve como slogan *O país que a gente conta*. Um sistema informatizado de acompanhamento da coleta, que permitia conhecer, semanalmente, o número de setores concluídos e de pessoas recenseadas, foi uma das grandes inovações da operação. Pela primeira vez, os resultados preliminares de um censo foram divulgados no mesmo ano de realização da pesquisa.

O Censo 2020 será o 13º feito no Brasil e o nono realizado pelo IBGE. A grandiosidade da operação – que vai a todos os domicílios do país – e a relevância dos seus resultados – que servem de base para diversas políticas públicas – são alguns dos motivos pelo qual os recenseamentos, desde 1872, mobilizam a sociedade como um todo. Resgatar os fatos que marcaram os censos do país é também uma forma de contar a História do Brasil.

17.438.434 hab.

1910

30.635.605 hab.

1930

1900

O Recenseamento de 1900 foi o terceiro do país e o primeiro após a promulgação da Constituição da República. A operação começou no dia 31 de dezembro de 1900. Os primeiros resultados – em janeiro do ano seguinte – foram os do Rio de Janeiro, mas a operação na então capital teve que ser refeita por deficiências dos dados. Os resultados finais saíram em 1907.

1920

Cobrado pela sociedade e, principalmente, pela imprensa, o Recenseamento Geral de 1920 foi marcado pela correria, pois apenas em janeiro daquele ano a lei para a sua realização foi aprovada. Os resultados foram apresentados na Exposição Universal comemorativa do aniversário da Independência do Brasil, em 1922.

1910 - NÃO TEVE CENSO

1930 - NÃO TEVE CENSO



146.825.475 hab.

169.799.170 hab.

190.755.799

1991

O planejamento do X Recenseamento Geral do Brasil começou em 1987, mas ele só aconteceu em 1991, porque a autorização para contratar os servidores temporários demorou a sair. Com o slogan *Ajude o Brasil a ter um bom censo*, a operação trouxe novidades como a Comissão Consultiva, o Projeto Escola e a divulgação dos resultados em disquetes.

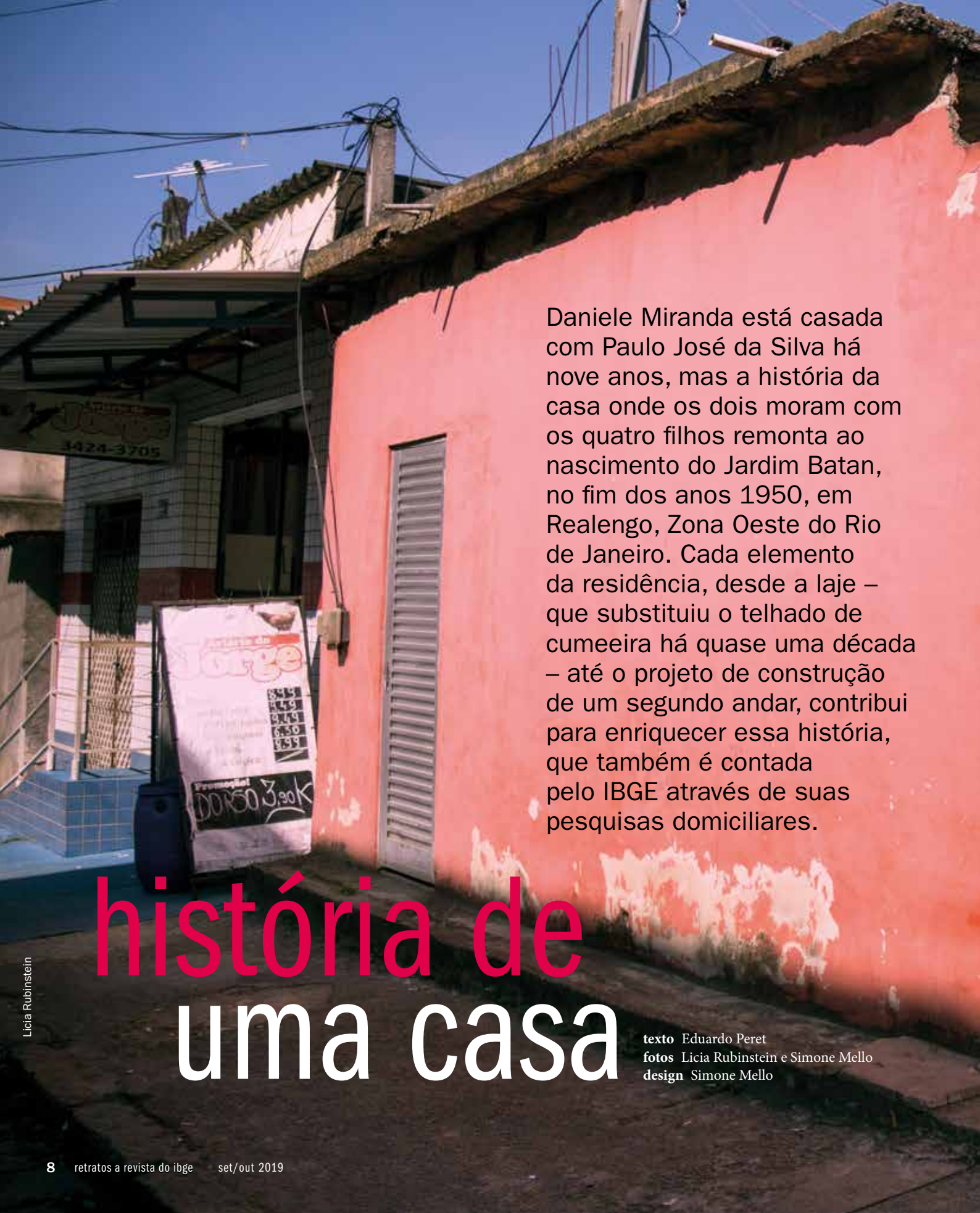
2000

O Censo Demográfico 2000 foi marcado pela inovação tecnológica, como a digitalização dos questionários – que ainda eram de papel – e o reconhecimento óptico de caracteres. Para ajudar na mobilização da sociedade, foi criada a revista *Vou te Contar*. Os resultados preliminares foram divulgados no dia 21 de dezembro, em um evento em Brasília.

2010

No Censo 2010, o questionário em papel foi substituído inteiramente pelo modelo eletrônico desenvolvido em PDA, o computador de mão usado pelos recenseadores. Os PDAs eram equipados com GPS e neles havia mapas digitais com os endereços a serem visitados pelos recenseadores. Essa inovação foi possível devido à unificação e migração da Base Territorial do modo analógico para o digital. O questionário também pode ser respondido pela Internet. Os primeiros resultados foram divulgados em dezembro do mesmo ano. A presença do IBGE no Twitter inaugurou a participação do Instituto nas redes sociais.

texto Mônica Marli
fotos Acervo IBGE
design Simone Mello

A photograph of a pink-painted building with a white louvered door and a sign for 'Arte da Jorge'. The building has a weathered appearance with some peeling paint at the bottom. In the background, there are other buildings and utility wires. A sign for 'Arte da Jorge' is visible, listing prices for various items. The text on the sign includes 'Arte da Jorge', '3424-3705', and a list of prices: 8,49, 8,49, 6,50, 8,98. Below the list, it says 'Promoção! DORSO 3ook'.

Daniele Miranda está casada com Paulo José da Silva há nove anos, mas a história da casa onde os dois moram com os quatro filhos remonta ao nascimento do Jardim Batan, no fim dos anos 1950, em Realengo, Zona Oeste do Rio de Janeiro. Cada elemento da residência, desde a laje – que substituiu o telhado de cumeeira há quase uma década – até o projeto de construção de um segundo andar, contribui para enriquecer essa história, que também é contada pelo IBGE através de suas pesquisas domiciliares.

história de uma casa

texto Eduardo Peret
fotos Licia Rubinstein e Simone Mello
design Simone Mello



De porta em porta

As pesquisas domiciliares do IBGE, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) e o Censo Demográfico, fazem um retrato da população brasileira, não só a partir das informações sobre os moradores, mas também através das características dos próprios domicílios.





primeira característica que se percebe do imóvel de Daniele é o fato de ser uma casa. Esse é o tipo de moradia mais popular no país, resistindo aos projetos de verticalização das cidades. De acordo com os dados da Pnad Contínua, suplemento Domicílios e Moradores, em 2018, 183,3 milhões de pessoas residiam em casas. Enquanto os apartamentos representavam 13,8% dos 71 milhões de lares no Brasil, as casas correspondiam a 86%. Havia ainda outros como casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco, que somavam 0,2%.

“Uma das minhas irmãs mora em apartamento, mas eu sempre morei em casa, prefiro ter uma área maior e estar mais perto da rua”, afirma Daniele. Ela comenta, com orgulho, que projetou todas as obras, desde o casamento: “Esse terreno é da família do meu marido há mais de 40 anos. Quando eu vim morar aqui, era direto na telha. Chovia mais dentro de casa do que fora”, lembra, rindo.

O telhado de concreto sem telha – como era antigamente na casa de Daniele – é o mais comum no Brasil. Ainda

segundo a Pnad Contínua, em 2018, metade dos domicílios do país tinham esse tipo de telhado, enquanto 14,7% tinha telhado com laje de concreto, sem telhas – como o usado atualmente no lar da carioca.

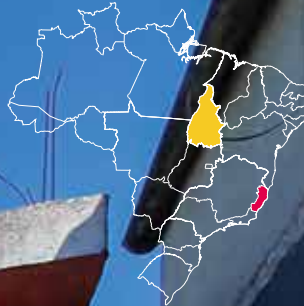
As pesquisas domiciliares do IBGE levantam não apenas dados sobre os moradores, mas também as características dos domicílios em que vivem. Informações sobre material das paredes, teto e piso são fundamentais para compreender melhor a realidade de milhões de famílias.

Maria Lucia Pontes, gerente da Pnad Contínua, explica que esses dados se referem à adequação da moradia em termos de saúde e bem-estar da família. Segundo Maria Lucia, o IBGE segue manuais de estatística para definir o que é essencial nos questionários. Além disso, existem demandas como a do Ministério das Cidades, sobre o tipo de esgotamento sanitário, ou de Minas e Energia, sobre a energia usada no preparo de alimentos. “São diferentes demandas que nos levam a determinar se os domicílios contribuem para a boa qualidade de vida”, comenta a pesquisadora.



LAJE DE CONCRETO SEM TELHAS

14,7% do total de domicílios no país



▼ **0,1%**
TOCANTINS

▲ **31,9%**
ESPÍRITO SANTO



TIPO DE DOMICÍLIOS

86%
são casas



▼ **68,9%**
DF

▲ **97,7%**
PIAUÍ

Fonte: Pnad Contínua 2018 - Características gerais dos domicílios e dos moradores

DENTRO DE CASA

Ao entrar na casa de Daniele, a primeira coisa que chama atenção é a cor vibrante das paredes amarelas e laranja. “Eu queria amarelo e roxo, mas ainda não achei o tom certo”, ela comenta, acrescentando: “Mas até o fim do ano eu acho, se precisar eu mesma vou pintar”.

Outra mudança que Daniele fez após se casar foi no piso, que é de cerâmica. “Assim que foi possível, colocamos piso frio. Minha irmã mora em apartamento com chão de tacos e eu já disse a ela para tirar tudo e trocar por placas”, conta.

Antes de ser um bairro, o Batan era o terreno de uma fazenda enorme, com uma grande área de brejo. Os primeiros lotes de terra, inclusive o que foi do avô de Daniele, foram ocupados e tiveram imóveis construídos no final dos anos 1950, sobre um aterro. “O solo é muito

úmido, a madeira estraga em pouco tempo. O piso cerâmico, além de durar, se mantém fresco mesmo nos dias quentes. Eu espalhei tapetes pela casa, porque tem dia de não conseguir pisar no chão de tão frio”, afirma ela, rindo.

Independentemente do clima, o piso cerâmico é da preferência da maioria da população e está presente em 77,6% dos lares brasileiros. Já o piso de madeira (usada em tacos e tábua corrida, por exemplo) só é usado em 6,7% dos domicílios do país.

Na casa, encontramos vários bens que o IBGE também investiga, como fogão, geladeira, máquina de lavar e televisão, que tem lugar de destaque na sala de Daniele. “A posse de determinados bens se relaciona com o poder aquisitivo da família, e pode variar muito”, explica Adriana Beringuy, analista da Pnad Contínua.

TELEVISÃO

96,7%

dos lares
brasileiros



27%

SOMENTE TUBO

57,8%

SOMENTE DE TELA FINA

11,9%

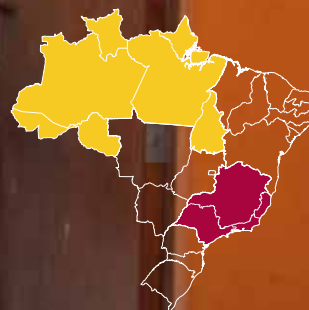
AS DUAS

Fonte: Pnad Contínua
TIC 2017

PISO CERÂMICO

77,6%

do total de domicílios no país



▼ **61,4%**


NORTE

▲ **85,8%**

SUDESTE

Fonte: Pnad Contínua
2018 - Características
gerais dos domicílios e
dos moradores





O ESPAÇO DA CASA

O casal dorme no primeiro quarto. Já no segundo quarto, dormem os quatro filhos: Thayson, de 12 anos, Caio, de nove, Sofia, que vai completar seis, e Pablo, de três. Eles são a inspiração para o próximo projeto: “Além de acabar com as goteiras, trocamos as telhas por laje porque, até o fim do ano, queremos construir um segundo andar. Vamos colocar quartos separados para os me-

ninos mais velhos, que já estão em idade de dormir sozinhos”, explica Daniele, comentando que “não pode ficar todo mundo amontoado, dividindo cama e colchões no chão”.

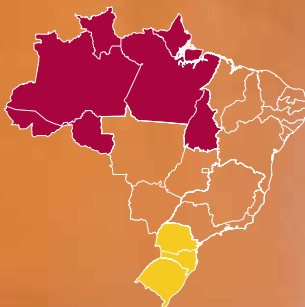
A preocupação dela reflete a realidade do adensamento domiciliar excessivo, que é quando mais de três pessoas dividem o mesmo dormitório. Segundo a Síntese de Indi-



ADENSAMENTO

5,9%

dos lares do país



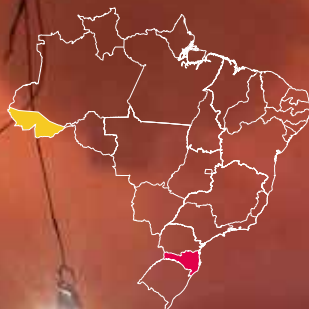
▲ **13,4%**
NORTE

▼ **2,6%**
SUL

Fonte: Síntese dos indicadores sociais 2018

cadadores Sociais, que usa os dados da Pnad Contínua, em 2017 essa situação afetava 12,2 milhões de pessoas, em 2,3 milhões de domicílios. Entre os indicadores de inadequação do domicílio (condições que tornam o domicílio precário ou vulnerável), o adensamento é o que afeta mais pessoas, chegando a 12,1% das crianças de 0 a 14 anos de idade.

GELADEIRA
98%
dos lares no Brasil



▼ **90,4%**
ACRE

▲ **99,7%**
SANTA CATARINA

Fonte: Pnad Contínua
2018 - Características
gerais dos domicílios e
dos moradores

O FUTURO DA CASA

As mudanças não vão parar. Com a construção de quartos no segundo andar, Daniele quer derrubar paredes e expandir a cozinha. “Preciso de mais espaço para cozinhar. Tem a venda de sopas quentes à noite, que sempre faz sucesso”, explica. Mas a maior preocupação é com as festas em família, que fazem a geladeira ficar pequena para tanta comida e bebida. “Essa casa está sempre cheia, minhas irmãs e meus sobrinhos estão sempre aqui. E quando fazemos festa, cada

um traz um prato de salgado, um prato de doce e bebidas. Na semana que vem temos o arraial, vai ser aqui, vamos até fechar a rua. Não tem como receber todo mundo num apartamento, né?”, ela conta, com um sorriso.

Para Daniele, a família está sempre em primeiro lugar nos projetos. “Estamos construindo, reformando, para nossos filhos. Não vamos ficar por aqui para sempre, né? Então, temos que deixar algo para eles, algo sólido”, conclui. ■



Arquivo SEBRAE/PI

o mapa da qualidade

Mandioca de Cruzeiro do Sul, capim dourado do Jalapão, vinhos de Pinto Bandeira, guaraná de Maués, café do Cerrado Mineiro, mel de Ortigueira. Uma festa de cores, sabores, texturas e histórias de produtos com nome e sobrenome, que integram o *Mapa das Indicações Geográficas* do IBGE, produzido em convênio com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

A indicação geográfica pode ser apenas a Indicação de Procedência (IP) ou a Denominação de Origem (DO). A IP se refere ao nome da região de origem do produto ou serviço – por exemplo, os derivados da jabuticaba de Sabará, em Minas Gerais. Já a DO se refere às características específicas do produto ou serviço, graças aos fatores naturais e humanos de seu meio geográfico, como a banana de Corupá, cuja

doçura só é possível pelas condições da região.

Os produtos nacionais que têm registro de Indicação Geográfica desfrutam de garantias de procedência e se destacam por sua diversidade e conexão com a cultura brasileira. Por suas características diferenciadas, movimentam a economia local e atraem a atenção internacional.

Como no município de Tomé-Açu, no nordeste do Pará.

texto Marília Loschi
design Simone Mello





Certificados

Cacau do sul da Bahia, derivados da jabuticaba de Sabará e banana da Região de Corupá

Lá, a produção de cacau foi iniciada por imigrantes japoneses em 1929, mas não vingou. A partir dos anos 1970, os descendentes retomaram a atividade, que floresceu e se desenvolveu até culminar na certificação IP do cacau da região. O produtor Yasuhiro Onishi conta que o selo foi fundamental para o comércio com o Japão, grande importador das amêndoas. “Nossa conquista da Indicação Geográfica de cacau é a primeira do Pará e quinta da região amazônica. Com isto, Tomé-Açu foi inserido na rota do turismo paraense”, comenta Yasuhiro.

A DO conquistada pela banana da Região de Corupá, em Santa Catarina, atesta o mesmo efeito. O centenário plantio da banana era visto como algo sem importância; seus produtores, os “colonos”, eram desvalorizados

na região. Até que, numa iniciativa de valorizar a cultura da banana, a Associação dos Bananicultores da Região de Corupá (Asbanco) conseguiu inseri-la na vida dos corupaenses através de festas, palestras e artesanatos.

Eliane Müller, filha de produtores e diretora-executiva da Asbanco, comenta os efeitos da aquisição da certificação: “A cidade agora tem o ‘turismo de IG’. Tem pessoas que viajam o mundo procurando esses produtos”. O novo desafio é infraestrutura: o pequeno município de Corupá, com menos de 16 mil habitantes, chega a receber cinco mil turistas em eventos como o Bananalama. “É um turismo *off-road*, de motociclistas. Eles fazem um circuito pelos bananais, isso atrai muita gente de diversas partes do Brasil. A gente precisa arrumar hospeda-

gens em cidades vizinhas, como Joinville”, comenta Eliane.

CERTIFICAÇÃO COM PRECISÃO

Os registros de Indicação Geográfica definem os limites precisos da área produtora, com coordenadas e pontos de referência. É aí que entra o convênio do IBGE com o INPI, órgão responsável pela certificação. A partir dessas informações, o IBGE monta uma base de dados que vai gerar o mapa.

No Brasil, havia 52 registros de IP no primeiro semestre deste ano. Para a DO, apenas dez. No *Mapa das Indicações Geográficas*, é possível localizar os produtos, os limites geográficos da região em que são produzidos e seus respectivos selos de identificação.

Durante o processo de certificação, o IBGE pode ser solicitado pelo INPI a fornecer



Leonardo Vieira

“A gente entende que colocar as indicações geográficas no mapa é o reconhecimento do produtor e da população. O produto passa a ter um valor agregado quando é representado espacialmente”

Rafael Balbi - Coordenação de Cartografia do IBGE

um parecer técnico sobre esses limites geográficos. Isto é necessário porque os limites de uma região produtora não precisam coincidir exatamente com os limites municipais ou estaduais. A banana da Região de Corupá, por exemplo, tem sua Denominação de Origem reconhecida em uma área de 857 km², abrangendo os municípios catarinenses de Schroeder, Jaraguá do Sul, Corupá e São Bento do Sul.

“Só pelo fato de ter IP as pessoas já olham de outra forma”, conta Meire Ribeiro

da Silva, da Associação dos Produtores de Derivados de Jabuticaba do município de Sabará, em Minas Gerais. Os produtos autorizados da Indicação de Procedência são licor de jabuticaba, geleia de jabuticaba, molho de jabuticaba, casca de jabuticaba cristalizada e composta de jabuticaba. As receitas são passadas há gerações, de mãe para filha.

“São 27 produtoras que trabalham com receitas centenárias, utilizando apenas ingredientes naturais, sem

conservantes químicos”, explica Meire. Os produtos já alcançam todo o Brasil e o mercado internacional, tudo isso mantendo a qualidade. “Na Europa, a Indicação Geográfica é muito valorizada, porque eles reconhecem o cuidado na produção. Produzimos em larga escala, mas conseguimos ser totalmente artesanais”, arremata.

BOM PARA O PRODUTOR, BOM PARA O CONSUMIDOR

A cajuína é uma bebida bastante comum no Piauí, mas sujeita a imitações e variações na receita original protegida pela IP. Eternizada na canção de Caetano Veloso dedicada ao poeta piauiense Torquato Neto, a “cajuína cristalina em Teresina” é feita a partir do puro suco de caju clarificado, sem açúcares ou conservantes.

Tecnologia de procedência

Na lista, um personagem inusitado: o Polo Digital, em Recife (Pernambuco), com empresas que possuem Indicação Geográfica graças a suas atividades inovadoras em Tecnologia da Informação, unindo empresas e instituições que se destacam pelo investimento em capital humano e empreendedorismo. A Indicação de Procedência do Porto Digital significa qualidade internacional em diversas áreas, como inteligência artificial, redes neurais, segurança da informação e gestão empresarial.

Peixes de procedência

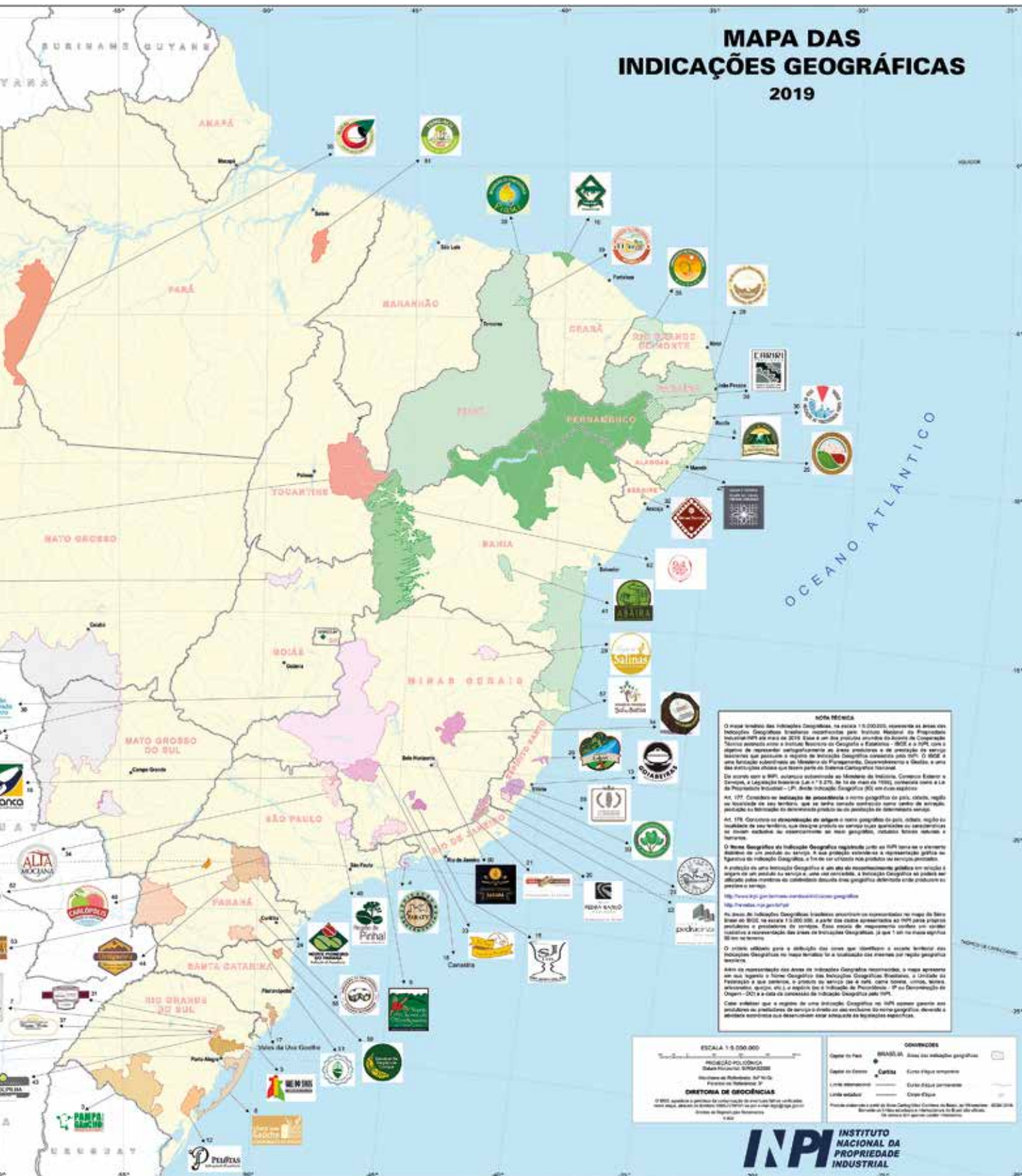
Peixes também podem ter Indicação de Procedência. No Rio Negro, estado do Amazonas, a pesca de pequenos peixes ornamentais é uma atividade extrativista tradicional, que gera renda aos ribeirinhos e sustenta as comunidades rurais. As cores exuberantes atraem criadores nacionais e internacionais. A pesca realizada nos rios, igarapés, lagos e igarapés é considerada sustentável, desde que devidamente manejada, gerando pouco ou nenhum impacto aos ecossistemas. A Indicação de Procedência estimulou políticas públicas capazes de garantir a preservação desta atividade e incrementou o valor dos peixes ornamentais do Rio Negro.

O diretor-administrativo da União dos Produtores de Cajuína do Piauí (Procajuína), José de Ribamar, 70 anos, conta que outros estados produtores de caju dão o nome de cajuína a suas bebidas, porém suas receitas não correspondem à da verdadeira cajuína. “Alguns adicionam álcool, ou produzem cajuína gaseificada. Nossa cajuína é 100% suco de caju e tem uma coloração especial, por ser muito rica em vitamina C”, explica. O selo, então, torna-se uma forma de proteger o consumidor que busca verdadeira qualidade.

No município de Itajuípe, na Bahia, o produtor Ronaldo Souza vê a rastreabilidade dos produtos como um diferencial para quem tem Indicação Geográfica. “Existem aqueles que se inspiram e tentam levar o melhor para as suas regiões, mas também existem aqueles que se aproveitam de determinadas terminologias”, explica, referindo-se ao “cacau cabruca” cultivado de forma sustentável no sul do estado, sob as grandes árvores da Mata Atlântica. “É nisso que está a grande vantagem da indicação de procedência Sul da Bahia, em preservar toda essa historicidade e permitir que o cliente tenha certeza de onde vêm suas amêndoas”. ■



MAPA DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS 2019



ESCALA 1:5.000.000

PROJEÇÃO COORDENADA
Datum SIRGAS2011
SIRGAS2011

Ministério de Relações Exteriores - MRE
Presidência do Conselho de Defesa Nacional - CDN
DIRETORIA DE GEOCIÊNCIAS

© 2019, todos os direitos reservados. É proibida a reprodução ou a utilização sem autorização expressa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

INPI INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

ODRIFICADORES

Capas em Papel	BRASILIA	Áreas de Indicações Geográficas
Capas em Plástico	Curitiba	Conteúdo Ilustrado
Links Interativos	Curitiba	Conteúdo Interativo
Links Interativos	Curitiba	Conteúdo Interativo

fora da escola
e longe do
mercado de trabalho

texto Mônica Marli
colaboração Adelina Bracco
fotos Amanda Martins (estagiária)
design Simone Mello

“O que você quer ser quando crescer?” Essa é uma forma comum de se puxar conversa com uma criança. E as respostas, cheias de sonhos e imaginação, costumam estar na ponta da língua dos pequenos, apesar de que, de tempos em tempos, eles mudem bastante de ideia: médica, professor, motorista, astronauta, cantor, cientista...

Se na infância a pergunta ainda é só uma brincadeira, para os jovens ela já tem um peso diferente, já que é nessa etapa da vida que o futuro profissional começa a ser, realmente, desenhado. A construção de uma carreira envolve tanto os estudos quanto o mercado de trabalho. Mas de cada cinco jovens com idade entre 15 a 29 anos, pelo menos um enfrenta barreiras que o impedem de seguir por qualquer um desses dois caminhos.

no Brasil, quase 11 milhões de jovens de 15 a 29 anos não estão ocupados no mercado de trabalho e nem estudando ou se qualificando, de acordo com a Pnad Contínua, suplemento Educação, realizada pelo IBGE em 2018. Esse grupo, que representa 23% da população do país nessa faixa etária, ficou conhecido como “nem-nem”, um termo que se tornou controverso e, por isso, seu uso vem sendo evitado.

A economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Joana Costa – uma das autoras do capítulo brasileiro da pesquisa internacional *Millennials na América Latina e no Caribe: trabalhar ou estudar?* – explica que o termo “nem-nem” é a variação da sigla Neet (Not in Education, Employment, or Training), que surgiu na Inglaterra, nos anos 1990, durante as primeiras discussões sobre os jovens que não trabalhavam e nem estudavam.

Mas, para Joana, diferentemente da sigla inglesa, que usa termos técnicos e mais formais (se traduzidos seriam algo como “fora da educação, do emprego e da qualificação profissional”), a expressão em português acabou ganhando um tom pejorativo, por passar a ideia de que esses jovens são ociosos e que estão nessa situação, simplesmente, por vontade própria.

“O termo tanto em português (nem-nem), quanto em espanhol (*nini*) são ruins porque dão a ideia de que o problema é do jovem, como se ele não quisesse trabalhar ou estudar. É como se você estivesse culpando o jovem pela situação, sem olhar para as barreiras que ele está encontrando”, destaca a economista.

BARREIRAS PARA O ESTUDO E PARA O TRABALHO

A analista da pesquisa do IBGE, Marina Águas, destaca que afazeres domésticos e cuidados

de pessoas estão entre as principais barreiras enfrentadas pelos jovens para continuar os estudos ou arrumar um trabalho remunerado. Essa questão atinge principalmente as mulheres, que são maioria nessa situação.

“E ainda existe todo o estigma do que é o afazer doméstico. Como ele não é valorado como trabalho, parece que a pessoa fica em casa sem fazer nada. Mas isso pode ser muito custoso para a vida dela”, comenta, e completa: “Imagina: a pessoa tem que arrumar a casa, fazer comida para a família, botar a marmita do marido, cuidar dos filhos... Bota tudo isso no papel. Imagina o salário que ela precisaria ter para colocar outra pessoa fazendo as mesmas tarefas e, ainda, valer a pena ir para o mercado de trabalho”.

E esse é, justamente, o caso da carioca Luiza Perminio, de 27 anos. Há cerca de dois anos,

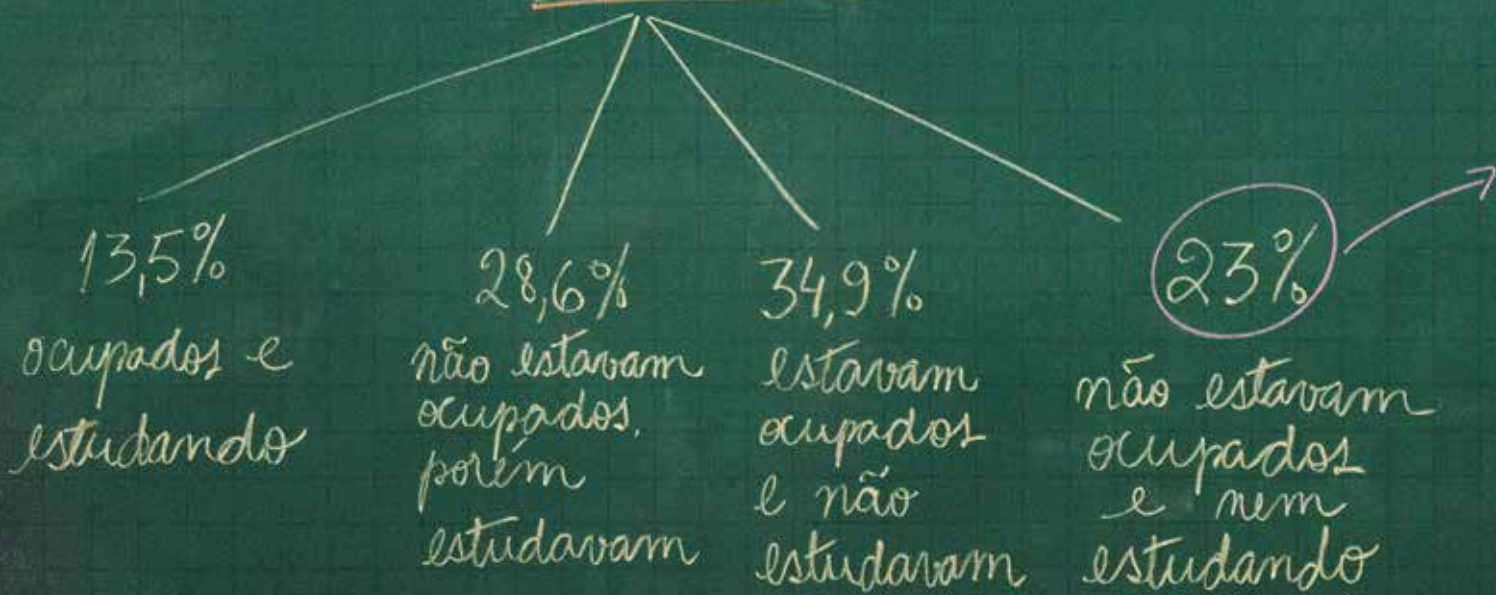
Millennials

O estudo *Millennials na América Latina e no Caribe: trabalhar ou estudar?* foi realizado entre 2017 e 2018, com 15.000 jovens – de 15 a 24 anos – de nove países (Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Haiti, México, Paraguai, Peru e Uruguai).

Para entender melhor as características dos jovens e o contexto em que se desenvolvem, foram feitos dois levantamentos: um quantitativo e outro qualitativo. Confira os resultados completos da pesquisa feita pelo Ipea em parceria com a Fundación Espacio Público do Chile, o Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento Internacional (IRDC) do Canadá, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em <https://www.iadb.org/es/millennials/home>.



Jovens de 15 a 29 anos no Brasil total 47,3 milhões



Fonte: Pnad Contínua 2018 - Suplemento Educação

Educação básica

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no Brasil, a educação básica obrigatória e gratuita compreende a pré-escola (crianças de 4 a 5 anos), o ensino fundamental (crianças e adolescentes de 6 a 14 anos) e o ensino médio (jovens de 15 a 17 anos). A Pnad Contínua 2018, no suplemento Educação, mostrou que dos 24,3 milhões de jovens de 15 a 29 anos que não estudavam e não tinham curso superior, 44,1% também não haviam completado a educação básica.

uma gravidez não planejada fez a jovem largar a faculdade e, desde que seu filho nasceu, ela passou a se dedicar integralmente à criança e à casa.

“Assim que descobri, fiquei meio desesperada, mas tive bastante apoio e hoje estou feliz. Desde que o Benjamim nasceu, fiquei por conta dele. Meu marido trabalha e eu não tenho nenhuma outra pessoa para me ajudar”, conta.

Luiza explica que para conseguir trabalhar ou estudar precisaria colocar o filho em uma creche e ainda contratar alguém para ficar com ele no restante do tempo. “Seria só para dizer que eu estou trabalhando, pois basicamente pagaria para trabalhar.

E ainda seria um serviço que a pessoa não faria da mesma forma que eu faço”, destaca.

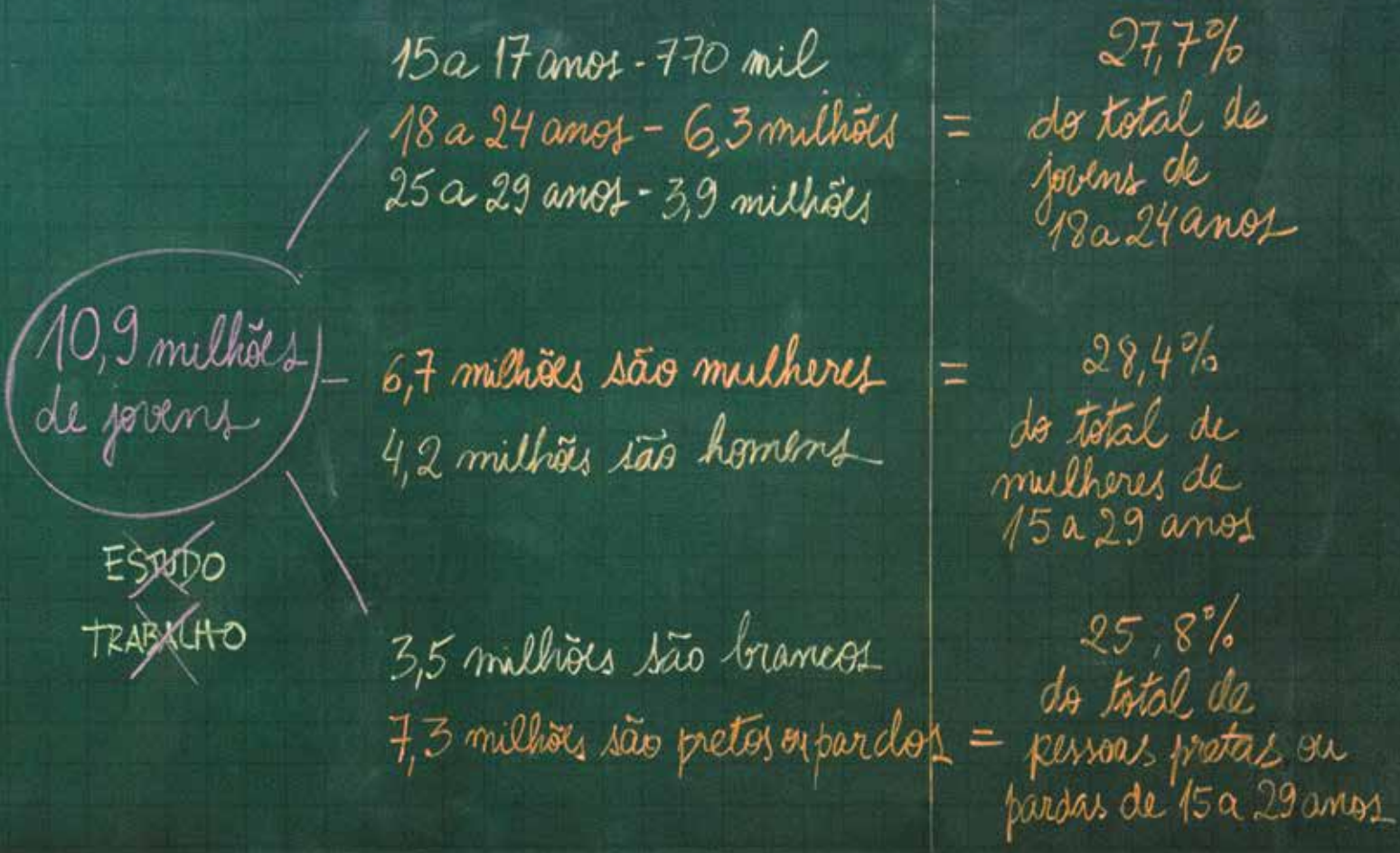
Mas a jovem comenta que é comum ela ouvir a pergunta: “Ah, mas você não trabalha?” E para essas pessoas ela tem uma resposta pronta: “Trabalhar, eu trabalho. Eu não tenho emprego remunerado, mas eu tomo conta de todo o serviço da casa, lavo roupa, lavo louça, faço comida e cuido integralmente do meu filho. Trabalho bastante!”

Moradora da Comunidade do Coliseu, localizada no meio de prédios de luxo da Vila Olímpia, em São Paulo, Janaína Pereira, de 26 anos, vive uma situação parecida. Mas ela enfrenta uma outra barreira: a baixa escolaridade.

Janaína parou de estudar há seis anos, quando engravidou da primeira filha. Na época, ela estava na 8ª série do ensino fundamental. A paulista conta que gostaria de voltar para a escola, mas teria que ser à noite, por causa das crianças – hoje ela tem um casal de filhos, o caçula está com três anos.

Janaína diz que, nos últimos anos, chegou a voltar para o mercado de trabalho, como ajudante geral em um restaurante no bairro, mas teve que deixar para cuidar do filho pequeno. “Eu pagava para alguém cuidar dele, mas depois, com o que eu ganhava, não dava mais”, explica.

Por não ter completado nem mesmo a educação escolar



básica e obrigatória, encontrar um emprego com um salário satisfatório é ainda mais difícil. E Janaína comenta que essa falta de oportunidades para se recolocar já está fazendo com que ela desanime da busca, apesar de ainda ter o desejo de trabalhar fora.

EXPECTATIVAS PARA O FUTURO

A economista Joana Costa afirma que tanto esse desejo de voltar aos estudos e ao mercado de trabalho, quanto a descrença de que vai conseguir, estão presentes na maioria desses jovens – não só no Brasil, como nos demais países analisados na pesquisa de que participou. “Eles têm expec-

tativas baixas em relação aos outros jovens, pois acreditam que exercem menos poder sobre os acontecimentos da vida deles e que têm menor capacidade em resolver problemas, em alcançar objetivos de longo prazo”, explica.

De acordo com Joana, não é possível definir se a situação que esses jovens vivem é causa ou consequência da baixa expectativa. Mas, para a economista, essa não é a questão mais importante para ser resolvida. “Seja um, seja outro, isso pode ser uma barreira para esses jovens saírem dessa condição. Então as políticas educacionais têm que ser pensadas para ajudá-los a superá-las”, aponta.

Joana ressalta, ainda, que o Brasil vive um momento em que os jovens são a maior parte da população, mas que, a partir de 2022, essa realidade demográfica vai começar a mudar. Por isso, mais do que nunca, é preciso investir na educação dos jovens.

“Estamos no final dessa onda jovem, mas ainda estamos vivendo, então temos que aproveitar esse momento agora. Esses jovens vão para o mercado de trabalho e eles é que vão ser determinantes na nossa produtividade no futuro. É importante que eles estejam bem qualificados, para a gente poder aproveitar esse bônus demográfico”, conclui. ■

Janela de oportunidade

A demógrafa do IBGE, Izabel Marri, explica que o Brasil é um país ainda jovem, mas que está passando por um processo de envelhecimento rápido, devido, principalmente, à redução da taxa de fecundidade nas últimas décadas. Em 2018, a razão de dependência da população – relação entre os segmentos considerados economicamente dependentes (pessoas com menos de 15 anos e com mais de 64) e o segmento potencialmente produtivo (15 a 64 anos) – era de 44%. Já em 2039 ela deverá chegar a 51,5%.

IBGE de Zelito Viana e Marcos Palmeira

O documentário *O país é este*, lançado em 2002, mostra o Brasil através dos dados do Censo 2000. O filme foi dirigido pelo cineasta Zelito Viana e apresentado pelo ator Marcos Palmeira. Em uma conversa com a equipe da **Retratos**, pai e filho relembrou como foi essa experiência de colocar o retrato do Brasil nas telas.

“Quando eu recebi o convite, fui estudar o que era o Censo. Documentário é uma coisa muito difícil de fazer, ainda mais de números. Mas eu tive liberdade total e apoio do IBGE. Não fiz roteiro, nem nada, durante as gravações, encontramos o Brasil! E, sem dúvidas, deu para ver a importância do Censo. O país tem um lado muito positivo, por ter muito potencial, mas tem um lado muito triste, o da desigualdade social.” (Zelito)

“Foi o meu primeiro contato com o IBGE, foi um aprendizado. Fiquei muito feliz com a oportunidade de poder falar dos números, poder apresentar para as pessoas de uma maneira não só didática, mas com exemplos práticos, vivenciando, conversando com as pessoas na casa. Foi uma experiência incrível. Até hoje é bem marcante para mim e acho que para toda a equipe também”. (Marcos Palmeira)

texto Mônica Marli

foto Licia Rubinstein

produção Karina Meirelles (estagiária)

design Simone Mello





BLOCO-DIAGRAMA COMPARTIMENTOS DE RELEVO

A variedade de tipos de rocha, clima, vegetação, solo e relevo faz do Brasil um país de paisagens diversas. Por toda sua extensão, são inúmeras as morfologias da superfície terrestre, que formam os diferentes compartimentos de relevo. E você sabe qual deles ocupa a maior área do nosso território? Veja na imagem 1 o bloco-diagrama esquemático dos nossos compartimentos de relevo e, na imagem 2, a área de cada um deles, segundo as grandes regiões do país! As informações foram retiradas da publicação “Macrocaracterização dos Recursos Naturais do Brasil”!

#IBGE Relevo #RecursosNaturais #MeioAmbiente #map

Veja mais: <https://bit.ly/2KvNF41>

60.182
pessoas alcançadas

58
comentários

2.000
curtidas

DIA DO GEÓGRAFO

Hoje é Dia do Geógrafo! A geografia estuda os aspectos que influem de forma direta no dia a dia das sociedades: sua organização espacial, inter-relações, aspectos estruturais e como ela se apropria da natureza. Parabéns a todos os geógrafos! Veja mais: bit.ly/2MBK2vQ



27.774
envolvimentos

262.452
pessoas alcançadas

1.704
compartilhamentos

Notícia mais lida



1.910

usuários únicos pelo Google Analytics

EDITAL ABRE 209 VAGAS PARA RECENSEADORES E AGENTES DO CENSO EXPERIMENTAL

Estão abertas, a partir de amanhã (22), as inscrições para 209 vagas temporárias de recenseadores e agentes censitários do IBGE. Os aprovados atuarão no Censo Experimental, previsto para acontecer entre setembro e dezembro deste ano, no município de Poços de Caldas (MG). Essa etapa será um ensaio geral para avaliar e aperfeiçoar os procedimentos previstos para o Censo Demográfico 2020. Veja mais: bit.ly/2KyW077

ERRAMOS: Na página 23 da Retratos nº 17, na matéria Trabalho “de mulher”, no primeiro parágrafo, onde se lê “das mais de 6,2 milhões de pessoas empregadas” leia-se “das mais de 4,8 milhões de pessoas empregadas como trabalhadores domésticos”.



MINUTO IBGE



No rádio, as informações do IBGE no dia a dia do Brasil

O Minuto IBGE é um programa de rádio semanal, com dados e curiosidades que aproximam as informações do IBGE da população brasileira.

O programa é disponibilizado gratuitamente para emissoras de todo o país, através da **Rede Nacional de Rádio**.

OUÇA TAMBÉM O MINUTO IBGE EM

agenciadenoticias.ibge.gov.br



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800 721 8181

IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL